



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA Nº 3504 - MG (2021/0210122-2)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA
REQUERENTE : V L J G
ADVOGADOS : ANTÔNIO DE PAULA OLIVEIRA - MG076353
CLAUDIA OLIVEIRA ALVES PEREIRA - MG193934
REQUERIDO : G M P G
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

DECISÃO

Cuida-se de pedido de tutela provisória incidental formulado por V. L. J. G. em que sustenta a necessidade do provimento cautelar, tendo em vista "a gravíssima situação em que a requerente e seu filho menor foram colocados em razão de despachos e decisões proferidas, desde a primeira instância, no Processo de Divórcio Litigioso nº 5099587-39.2016.8.13.0024" (fl. 4).

Sustenta que as impugnadas decisões ocasionam a situação grave por que passa a requerente, de grande privação financeira, "chegando até mesmo a passar fome e precisar de comprar remédios prescritos pelos médicos que os atenderam" (fl. 4).

Pede o deferimento da medida liminar para que se "seja conhecido e provido o presente recurso especial pela Colenda Turma Julgadora" e "decretada a nulidade do acórdão referente ao julgamento virtual dos Embargos de Declaração" (fl. 74).

É, no essencial, o relatório. Decido.

De acordo com o art. 300 do CPC, a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Ou seja, o deferimento do pedido de tutela provisória de urgência exige a presença simultânea de dois requisitos autorizadores: o *fumus boni iuris*, caracterizado pela relevância jurídica dos argumentos apresentados no pedido, e o *periculum in mora*, consubstanciado na possibilidade de perecimento do bem jurídico objeto da pretensão resistida.

Na espécie, a requerente deixou de demonstrar o *periculum in mora*, atendo-se a defender tão somente os argumentos de direito que entende violados. Observo, inclusive, que um mesmo pedido de tutela provisória foi apresentado nos próprios autos do recurso especial (conexo à presente TP), distribuído nesta Corte e já

indeferido (publicado no DJe de 8/7/2021).

Ante o exposto, diante da ausência do *periculum in mora*, indefiro o pedido de tutela provisória de urgência.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente